

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação Primeiro de Janeiro Periodicidade D

Dia 6.11.79 Pág.(s) 1-4 Tendência política _____



Fundação Cuidar o Futuro

1º Jan 6.11.79 P. 1
Pintassilgo dá esperanças aos reformados

Lurdes Pintassilgo, que ontem terminou uma visita de dois dias ao Porto, interpelada por um reformado a propósito da magreza das actuais pensões, afirmou: «Eu tenho muito a noção de que os reformados estão numa situação muito aborrecida. Nós estamos dentro de um orçamento extremamente apertado. Mas mesmo assim nós temos muita esperança de conseguir até ao fim de Novembro, pelo menos, aumentar as pensões mínimas».

NOTÍCIA NA PÁGINA 4

PINTASSILGO DÁ ESPERANÇAS AOS REFORMADOS

1º Jan 6.11.79 P. 4
«ESPERO CONSEGUIR ATÉ AO FIM DO MÊS AUMENTAR PELO MENOS AS PENSÕES MÍNIMAS»



continua →

Contactos com industriais do sector de Metalurgia e Metalomecânica do Norte e uma visita às obras de recuperação da zona histórica da cidade ocuparam praticamente todo o segundo e último dia de permanência no Porto da primeira-ministra, Lurdes Pintassilgo. Antes de regressar a Lisboa, a chefe do Governo, em reunião na Câmara Municipal, fez ainda o balanço deste curto tempo em que auscultou as carências e os anseios mais prementes das gentes da cidade.

Neste segundo dia, Maria de Lurdes Pintassilgo esteve já acompanhada de mais dois elementos da sua equipa governativa, que se vieram juntar ao ministro da Habitação e Obras Públicas. Eles, os ministros da Indústria e Tecnologia e do Trabalho, respectivamente Eng.º Marques Videira e Dr. Sá Borges. Também a presença do secretário de Estado da Cultura desde o primeiro dia foi ontem reforçada com a junção dos secretários de Estado do Ambiente e da Habitação e Urbanismo, respectivamente Arqt.º Burskey e Eng.º Cândido Ferreira.

Enquanto estes últimos e o ministro Mário Azevedo, da Habitação e Obras Públicas, se dispersaram em diversos contactos no âmbito das suas áreas de competência, Maria de Lurdes Pintassilgo e os ministros do Trabalho e da Indústria e Tecnologia começaram o dia com uma visita a uma unidade metalúrgica e metalomecânica do Porto, reunindo no final com responsáveis deste sector.

A firma escolhida foi a A. Dias Ramos, na Rua de Besa Leite, que deveu a preferência ao facto de se tratar da maior empresa nacional na construção de máquinas-ferramentas, de capacidade várias vezes reconhecida internacionalmente. A sua produção, que aparece no mercado com o nome de ADIRA, representa uma facturação anual à volta dos 180 mil contos, 40 % dos quais provenientes de material exportado, essencialmente para países europeus, sul-asiáticos e África do Sul.

A empresa, fundada há 23 anos, conta, no momento, com cerca de 230 trabalhadores, mas é muito provável que, a médio prazo, este número seja alargado. De fac-

to, a sua capacidade de produção atingiu já o limite máximo, estando em estudo adiantado diversos projectos de expansão.

Lurdes Pintassilgo, que se mostrou surpreendida com a capacidade de trabalho e empenhamento a que acabara de assistir durante a visita à fábrica A. Dias Ramos, presidiu depois à reunião com industriais metalúrgicos e metalomecânicos. Antes, porém, vinco a sua intenção de que a conversa se não limitasse apenas a questões estritamente regionais, procurando inserir-se antes num espaço mais amplo que é todo o universo.

Durante a reunião, os aspectos mais importantes foram colocados pelo presidente da Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Norte, Eng.º Ludgero Marques, bem como pelo Dr. Pedro Brito, chefe da divisão de termodomésticos daquela associação. Para lá de questões suscitadas por alguns pontos da legislação de trabalho em vigor, problemas de crédito ao investimento, do imposto de transacção e de vias de escoamento da produção mereceram a atenção dos responsáveis.

● UM IMPOSTO MUITO SOBRECARREGADO

Estes, aliás, consideraram existir no Norte diferentes condições de trabalho em relação ao Sul, que, acentuaram, «esperamos possam ajudar a primeira-ministra a compreender melhor as nossas reivindicações». Particular acento suscitou o problema do imposto de transacções sobre os fogões, que, na prática, passou de 15 para 45%, situação que, no enten-

der dos industriais da metalurgia e metalomecânica pode levar ao desemprego ou ao subemprego de muitos trabalhadores do sector.

Questão complementar mas de importância vital é a melhoria das vias de escoamento dos produtos das unidades industriais norte-nhas, que constantemente vivem asfixadas na impossibilidade de incrementar o seu desenvolvimento. Desde um simples telefonema ou um telex a um maior dinamismo do porto de Leixões, por exemplo, consideram os industriais que muito há a fazer. Até porque, frisaram, «do Norte saem três quartos do total das exportações nacionais».

A propósito destes problemas levantados, o ministro da Indústria e Tecnologia teve, então, oportunidade de referir que algumas barreiras poderão, em breve, ser removidas, ainda que reconhecendo tratar-se de assuntos que lhe não respeitam em exclusivo, além de que há aspectos que exigem estudos demorados. De qualquer maneira, frisou, o Governo está particularmente sensibilizado para as questões apresentadas e, mesmo que para elas não encontre solução, tentará deixar o caminho facilitado à gerência governativa seguinte.

● GOVERNO SENSIBILIZADO PARA PROBLEMA HABITACIONAL

A sensibilidade dos responsáveis do Governo seria também alertada após o almoço, desta feita visando aspectos por vezes de dimensão trágica como são, em certos casos, as carências de habitação da cidade, particularmente nas zonas mais pobres e degradadas. E, para uma melhor compreensão do drama vivido e do que, neste domínio, se tem feito e projecta fazer, que melhor que passar alguns momentos na zona histórica da Ribeira/Barredo?

Antes de chegar à zona ribeirinha, porém, Lurdes Pintassilgo esteve no Postigo do Sol, à Rua de Ferreira Rosa, sem dúvida um dos muitos exemplos frisantes de condições degradantes da habitação no Porto, onde 150 pessoas sobrevivem nalguns casos desde há quatro anos.

Sob constante entusiasmo popular, a primeira-ministra apreciou demoradamente as obras em curso na Ribeira e no Barredo, não apenas no campo meramente habitacional como, sobretudo, no domínio social. Des-



continua →

de 1974, ali foram gastos já cerca de 180 mil contos, permitindo a recuperação de 120 casas e o realojamento de largas centenas de pessoas. No entanto, só nesta primeira fase dos trabalhos, 350 outras casas esperam a sua vez, sucessivamente retardada pela indisponibilidade de verbas do município, que não quis deixar em claro o ensejo de motivar a sensibilidade para este problema do poder central.

● «SÓ GOSTARÍAMOS DE TER MEIOS...»

Se, por um lado, a visita da chefe do Governo ao Porto, serviu para a sensibilizar para os problemas mais prementes do segundo centro urbano do País, por outro, a reunião havida durante a tarde na Câmara Municipal pôs os diversos elementos do Governo perante a dura e crua realidade das carências habitacionais da cidade.

No decurso desta reunião, classificada como sendo «de trabalho», a primeira-ministra inteirou-se dos vários projectos camarários ainda pendentes e que, em muitos casos, aguardam resolução e parecer do Governo. Dentre estes, deverão salientar-se a

habitação, problema que, quase na generalidade, está «na prateleira» — como foi referido — devido à ausência da «declaração de utilidade pública dos terrenos» ou ainda pela inércia do Fundo de Fomento de Habitação. Neste ponto, Maria de Lurdes Pintassilgo mostrou-se extremamente interessada em que a Edllidade informasse concretamente o Governo sobre a actuação daquele organismo, já que, conforme afirmou, «quero saber qual o papel do FFH já que estamos interessados no seu saneamento moral». Ainda no decorrer deste encontro foram abordados outros aspectos do problema, sendo de salientar a revelação feita pelo titular da pasta da Habitação e Obras Públicas, no que respeita aos subsídios atribuídos em 1979 tanto às cooperativas como às associações ou comissões de moradores. Com efeito, sete cooperativas e cinco comissões de moradores irão receber, a curto prazo, parte das verbas solicitadas.

A dado momento e em virtude da exiguidade do tempo, Maria de Lurdes Pintassilgo, de acordo com o Eng.º Aureliano Veloso, decidiu abandonar a reunião que, porém, prosseguiu, e dirigiu-se ao encontro de algumas dezenas de munícipes. Com efeito, nessa nova reunião, a primeira-ministra voltou a ser posta perante as realidades do quotidiano das classes mais desfavorecidas. Trabalho e habitação foram novamente temas abordados, tendo a primeira-ministra declarado, a dado passo, que «só gostaríamos de ter meios para solucionarmos todos os problemas do povo português», frase que foi terminada sob estrondosos aplausos. Instada a pronunciar-se sobre a problemática dos juros cobrados pela banca às cooperativas, Lurdes Pintassilgo afirmaria que estes «foram impostos pelas determinações do FMI»; neste sentido, e dado que o actual Executivo não «concorda» com tais medidas, «decidiu não reabrir as negociações até ao final do seu mandato».

Já no final, Maria de Lurdes Pintassilgo, referindo-se à situação dos reformados, declarou ter «muita esperança de conseguir até ao fim de Novembro pelo menos aumentar as pensões mínimas».

Fundação Cuidar o Futuro

